

Projeto de Resolução N.º 268/XV/1.^a

Recomenda ao Governo a implementação de um projeto de valorização ambiental e tecnológica do Parque Natural da Serra da Estrela

Exposição de Motivos

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) foi a entidade responsável pela elaboração pelo Programa Especial de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (PEPNSE)¹, que tem um âmbito territorial que coincide com a respetiva área protegida (município de Manteigas e parte dos municípios de Celorico da Beira, Covilhã, Guarda, Gouveia e Seia).

Desde 2017 que o Governo está para concluir este Programa, que representa um importante meio para o ordenamento e gestão deste território, numa perspetiva de prevenção e minimização de riscos tanto na fauna como na flora.

Na sequência do fogo que deflagrou no dia 6 de agosto deste ano em Garrocho e que consumiu cerca de 25% (22 mil hectares) do Parque Natural da Serra da Estrela, abrangendo os municípios de Manteigas, Gouveia, Guarda, Celorico da Beira e Belmonte, o Governo indicou que o ICNF teria no princípio de setembro um relatório do levantamento de danos causados por este incêndio, que teria como consequência a planificação de um plano de revitalização até 2032, com o valor de 25 milhões de euros.

Este plano de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, tem supostamente intenção de promover a diversificação e a incrementar várias atividades económicas num contexto que passa pela aposta no turismo da natureza e, por consequência, na proteção deste parque natural através de ações de estabilização de emergência,

¹ Despacho n.º 4907/2017, de 5 de junho, definiu os termos do início do procedimento de elaboração.

restauro de habitats e de linhas hidrográficas, assim como a criação de um hub tecnológico pela Universidade da Beira Interior, em conjunto com os institutos politécnicos da região.

Para além da questão de prevenção aos incêndios, face à crise energética que está a agravar exponencialmente os seus custos, o desenvolvimento e implementação de sistemas tecnológicos inovadores a partir de biomassa proveniente da limpeza de áreas florestais, revelam-se de grande valor económico e ambiental.

Neste âmbito, nos últimos anos, têm sido elaborados projetos que configuram a implementação de tecnologias que vinculam a utilização de biomassa lenhosa, nomeadamente para produção de energia térmica, como são disso exemplos os projetos de aquecimento das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico do Concelho Vila Real, das escolas primárias de Alcácer do Sal, assim como o sistema Híbrido (biomassa/solar) para aquecimento da Piscina do Torrão, utilizando as escamas de pinhas, ou o sistema centralizado de aquecimento numa Escola Primária do Redondo, concebido para queimar sarmentos de videiras.

Atualmente, as caldeiras mais usadas, por exemplo, em hotéis, IPSS e edifícios públicos (hospitais, universidades, etc.), são caldeiras a gás (natural ou propano) ou a gasóleo, revelando-se como combustíveis cada mais dispendiosos, pelo que a substituição por sistemas de cogeração de energia a partir de biomassa, para fazer face às necessidades de energia térmica e elétrica, será altamente vantajosa para indústrias e serviços que necessitem simultaneamente de calor e eletricidade, quer do ponto de vista económico quer ambiental. Para além disso, a utilização desta tecnologia está alinhada com as metas de descarbonização definidos pelo Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)².

² A Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, publicada em Diário da República em 1 de julho de 2019, aprovou o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), tendo por objetivo a redução de emissões de GEE em Portugal entre 85 % e 90 % até 2050, face a 2005, assim como a compensação das restantes emissões através do uso do solo e florestas, a alcançar através de uma trajetória de redução de emissões entre 45 % e 55 % até 2030, e entre 65 % e 75 % até 2040, em relação a 2005.

Estas soluções tecnológicas têm como referência uma caldeira a biomassa, capaz de produzir energia elétrica para autoconsumo enquanto se aquece água ou espaços, tendo como matéria-prima estilha e desperdícios de madeira provenientes da limpeza de áreas florestais, sendo uma fonte de energia renovável, limpa e fiável, para além de economicamente muito competitiva.

Em síntese, a implementação deste tipo de sistema integrado de cogeração de calor e eletricidade incorporando uma caldeira a biomassa, permite não só reduzir a utilização de combustíveis fósseis, mas também para criar novas cadeias de valor, tais como:

- Melhor gestão florestal, valorizando os resíduos resultantes da limpeza das áreas florestais e diminuindo o risco de incêndios florestais, através de redes locais de recolha e consumo de biomassa;
- Maior valorização dos recursos naturais endógenos e a fixação das pessoas em meios predominantemente mais desfavorecidos pela ruralidade e interioridade.

Assim, ao abrigo das disposições procedimentais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA, recomendam ao Governo que:

1. O Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior em articulação com a Universidade da Beira Interior e a ENERAREA (Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior)³ priorizem o desenvolvimento de um sistema tecnológico inovador de cogeração a partir de biomassa proveniente da limpeza das áreas florestais do Parque Natural da Serra da Estrela;

³ Por iniciativa da Associação de Municípios da Cova da Beira (AMCB), foi criada em 2001 a ENERAREA, que tem como principais objetivos:

- Contribuir para aumentar a eficiência energética através da utilização racional e da conservação da energia;
- Melhorar o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos.

A área de atuação da ENERAREA abrange toda a área geográfica dos 14 municípios pertencentes à AMCB: Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Meda, Penamacor, Pinhel, Sabugal e Trancoso com cerca de 6.000 km² e uma população de 220.535 habitantes.

2. Solicite à CIM-BSE (Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela), a inventariação dos consumos e necessidades de energia térmica e elétrica das infraestruturas municipais inerentes às autarquias que fazem parte da AMCB (Associação de Municípios, assim como das empresas relacionadas com os setores dos serviços, pequena e média indústria e agropecuária existentes nos seus Concelhos;
3. O CDOS Guarda (Comando Distrital de Operações de Socorro de Guarda) como entidade responsável pela gestão do GEFRECON – GEStión FoREstal CONJunta⁴ cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa Interreg V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020, elabore com carácter de urgência um relatório sobre o resultado da sua aplicação, dado que este projeto foi desenvolvido para a gestão de riscos relacionados com o clima, e mais concretamente, a redução do risco de incêndios florestais, através da mobilização de recursos e promoção para que se alcance a gestão de territórios florestais.

Palácio de São Bento, 12 de outubro de 2022

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

⁴ [Projeto GEFRECON | Centro da Biomassa para a Energia](#)

Projeto cofinanciado em 75% pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa Interreg V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020, com um orçamento de 1.000.324,51€, que tendo sido concluído em março de 2022, aborda a temática da gestão de riscos de incêndios florestais, através da mobilização de recursos e promoção para que se alcance a gestão de territórios florestais.

Sendo uma ferramenta que permite uma gestão da biomassa disponível, considerando a escala geográfica territorial abrangida, permitindo estudar os cenários do ponto de vista económico e ambiental, configurando uma medida preventiva e que tende a minimizar os incêndios florestais.



André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa